

MOÇÃO

Contra a duplicação do valor da Taxa de Gestão de Resíduos, imposta pelo Governo

No passado dia 17 de setembro, o Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime geral da gestão de resíduos, aumentando do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de 11 para 22 euros por tonelada, a partir de janeiro de 2021.

Ora, esta decisão é ilegal, inoportuna e desproporcionada.

É **ilegal** porque a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) não foi consultada (conforme decorre do seu comunicado datado de 22 setembro), quando a sua audição é legalmente obrigatória.

É **inoportuna** porque, quando os Municípios, os cidadãos e as empresas já estão penalizados pelo acréscimo das despesas decorrentes da atual pandemia, estes serão ainda mais sobrecarregados, num contexto de grave crise social e económica, sem precedentes, caracterizado pelo aumento substancial do desemprego, pela grande diminuição do produto nacional bruto e pela enorme diminuição do volume de negócios das empresas e das disponibilidades das famílias, que se poderão agravar.

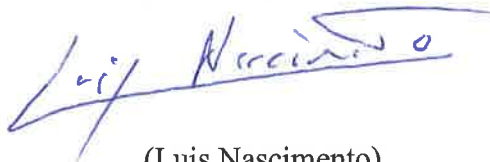
É **desproporcionada** porque só um Governo desorientado, tanto nas medidas a adotar, como nas metas a atingir, designadamente perante a União Europeia, por ausência de políticas eficazes e consequentes, decide aumentar para o dobro a TGR.

Esta medida, desenquadrada de outros documentos que estão em preparação, como o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos e o Plano Nacional de Gestão de Resíduos, não vai atingir os seus objetivos de *“desencorajar as opções de deposição final em aterro e incineração de lixo indiferenciado, ao mesmo tempo que incentiva a redução da produção de resíduos e a separação e reciclagem de materiais”*, como consta da nota de imprensa do gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, uma vez que se encontra completamente desenquadrada de outras integradas numa política que o Governo deveria ter promovido e não o fez.

Face ao exposto, a Câmara Municipal de Moita reunida no dia 28 de outubro de 2020, repudia esta decisão do Governo em aumentar para o dobro a Taxa de Gestão de Resíduos, apelando à sua revisão imediata e exorta o Governo a implementar medidas e políticas que contribuam para a efetiva prossecução da melhoria da qualidade do ambiente.

Caso aprovada, deve o texto da moção ser enviado ao Governo, aos Grupos parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social.

O Vereador eleito pela Coligação MERECEMOS MAIS

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis Nascimento', with a horizontal line drawn through it.

(Luis Nascimento)